



CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: ANÁLISES DE SUAS APLICAÇÕES NO ÂMBITO DE EXTENSÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO

Stella Victória Costa Moraes^{1*}, Kennia Dias Lino².

¹ *Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Iporá, (IC), stellavcmoraes@gmail.com.*

² *Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Iporá, (PQ).*

Resumo: O presente trabalho investiga a ocupação dos conteúdos da cidadania e dos direitos humanos no âmbito extensionista do ensino universitário. Nesse sentido, analisa a justificativa do recente Projeto de Extensão “O exercício da cidadania no dia a dia: onde procurar seus direitos na cidade de Iporá-GO” em consonância com o tema da pesquisa. O conceito de cidadania mudou acompanhando o progresso da história humana. Dessa forma, desde sua imagem clássica, conjunta aos direitos individuais, até sua concepção moderna, que engloba substancialmente a democracia, presenciamos lutas e revoluções pelos direitos civis e políticos. Nesta compreensão, este trabalho se fundamenta como uma breve revisão acerca da aplicação acadêmica da cidadania e dos direitos humanos na esfera universitária analisando essa concepção junto ao Projeto mencionado. Para sua elaboração, o trabalho demandou pesquisa bibliográfica e documental esboçando sobre as ideias de autores referenciados no texto de acordo com o teor ideológico de seus pensamentos. O resultado final dessa pesquisa requer o desfecho do Projeto, sendo assim, parcialmente entregamos a seleção de dados coletados. Por fim, por recurso de um projeto extensionista, a partilha de informações contribuirá para a inserção do sujeito na vida política, a fim de reivindicar seus direitos e praticar a cidadania.

Palavras-chave: Socialização do conhecimento. Ensino à distância. Cidadania. Direitos Humanos.

Introdução

A concepção de cidadania, pela ótica moderna, ajudou na “[...] aquisição para a experiência histórica das democracias, mas em parte não se anelou à realização de certa fatia das preocupações que hodiernamente incomodam as práticas políticas” (BITTAR, 2004, p.8). Ou seja, a cidadania refletia a existência de direitos políticos completos e iguais, mas que pertenciam até então ao plano individual. Somente após as revoluções política, industrial e demográfica do século XIX que o conceito de cidadão incluiu o ideário de democracia europeia.

Com progresso nas definições de sociedade, a ideia de cidadania amplia-se para a cultura, economia e direitos coletivos de diversidade, como a diversidade





sexual e outros. Com essas mudanças, o método de disseminar os valores de cidadania e direitos humanos fora idealmente construído pela tolerância. Apesar disso, não apenas o compartilhamento é importante, introduzir a temática de direitos humanos na formação de professores é essencial para a qualidade do ensino universitário, referenciando sempre a realidade escolar (VAIDERGON, 2010, p.255).

No âmago do ensino universitário, a cidadania e os direitos humanos são trabalhados essencialmente sobre temas de difícil abordagem. Tal como na discussão das discriminações étnicas, culturais, religiosas, sociais, sexuais e de gênero, psicológicas e físicas. O modelo ornado de cidadania deve abranger diversas formas de vida, conhecendo as mais marginalizadas e, a partir desse primeiro contato teórico, estudar caminhos para reverter as discriminações. Vaidergon (2010, p. 254) sugere:

É saudável, pois, que surjam propostas de conteúdos a serem inseridas no ensino universitário, seja na formação de licenciados, seja como proposta de promoção e construção de uma cultura onde os direitos humanos não sejam apenas uma referência teórica longínqua.

Por essa perspectiva, este trabalho utilizou como objeto de análise o Projeto de Extensão titulado “O exercício da cidadania no dia a dia: onde procurar seus direitos na cidade de Iporá-GO”, no qual busca desenvolver a socialização dos direitos da cidadania. A ação de extensão citada está ligada ao eixo temático de Direitos Humanos e Justiça, no qual fazem parte o Direito Constitucional e Direito Administrativo no que se refere à estrutura do Estado, Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e Administração Pública, Direito e Indireta.

Conhecer os órgãos de exercício da Administração Pública e é tão importante quanto conhecer os próprios direitos que permitem o pleno desempenho da cidadania. Por essa prerrogativa se justifica e se instaura o Projeto de Extensão, com base no exercício da cidadania no cotidiano concreto. Além disso, o Projeto tem como finalidade utilizar as redes sociais e seus poderes de alcance e comunicação para propagar o conhecimento.

Durante o momento de afastamento social enfrentado atualmente por razão da pandemia de Covid-19 as redes sociais são o meio pelo qual a Universidade pôde dar continuidade a sua finalidade de socialização de conhecimento garantindo a segurança de todos os envolvidos. Essa adaptação de ensino à distância





proporcionou, embora os empecilhos financeiros, que houvesse integração entre a Universidade, os discentes e a comunidade.

É através dessa acomodação que as universidades públicas se mantêm vivas, ultrapassando obstáculos impostos e, principalmente, nunca deixando de se apoiar a tríade de ensino-pesquisa-extensão.

Material e Métodos

O plano de atividades do Projeto de Extensão apresenta fases destinadas à pesquisa e análise sobre a estrutura do poder público presente na cidade de Iporá-GO, como exercê-los e, por fim, como compartilhar esse conhecimento obtido para a maior quantidade de pessoas possível. A primeira fase será de pesquisa bibliográfica para conhecer os direitos que podem ser exercidos pelos cidadãos. Por conseguinte, com conhecimento desses direitos e de como exercê-los, serão estudadas maneiras de socializar o conhecimento.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se da documentação do Projeto de Extensão, bem como a análise dos relatórios mensais de minha Bolsa Extensionista, incentivo que viabiliza dedicar tempo aos trabalhos da Universidade e às ações de pesquisa e extensão. Além do material citado, artigos e livros sobre cidadania e direitos humanos na universidade foram examinados, bibliografias estas que se encontram-se nas referências.

Resultados e Discussão

O Projeto de Extensão ainda é recente, com início no 2º semestre de 2021, portanto, está buscando os melhores caminhos para projetar a sua edificação. Até o momento foi concluída a primeira fase do projeto, onde os alunos, sob orientação semanal, pesquisaram em campo e produziram conteúdo informativo sobre o funcionamento dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo de Iporá-GO; sobre como age o Ministério Público no município; e sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Espera-se que o





próximo passo avance para a criação de posts em redes sociais, a fim de compartilhar o conhecimento adquirido e informar a comunidade.

Em relação à inserção da cidadania e dos direitos humanos na educação universitária, pelo elo com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Constitucional, sua aplicação agrega no conhecimento dos estudantes e dos professores, fortalecendo o elo ensino-aprendizagem. Tratamos neste trabalho de empregar a cidadania no cenário microrregional, embora apresentando a magnitude universal dos direitos humanos e da cidadania. Ao levar conhecimento básico de onde buscar e como efetivas os direitos fundamentais em Iporá-GO, cooperaremos para concretização dos direitos humanos e ao seu processo de integração mundial.

Considerações Finais

Os direitos humanos e a cidadania se configuram pelo viés histórico, visto que podem mudar de acordo ao tempo e espaço que coexistem. A cidadania, por mais ligada que esteja ao *ser cidadão* e seus direitos titulares do território, segue ante às regras internacionais. Portanto, abrange direitos civis, políticos, sociais, econômicos e diversos, vinculados à liberdade, igualdade, justiça e solidariedade.

Outrossim, a dignidade da pessoa humana integra-se ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e ao Direito Constitucional do país no qual será aplicado, por esse sentido, a ideia atual de cidadania compreende o prisma coletivo e sustenta-se pelos direitos inerentes à dignidade humana. Tanto a dignidade como a cidadania estão delineadas na proteção das pessoas e de todas suas extensões, para que possam viver sob resguardo de seus direitos fundamentais.

Para que acate o objetivo de ressoar às necessidades dos seres humanos, que podem a todo momento demandar novos pedidos, é que existem órgãos específicos destinados a servir a população. Neste liame, permite-se a reivindicação da cidadania quando necessária, seja ao seu próprio Estado como aos espaços regionais e perante a ordem global. Desarte, é papel deste Projeto coadjuvar para a execução dos direitos humanos através dos órgãos de proteção.

Piovesan (2013, p.75) determina o conceito de direitos humanos pelo ponto de vista contemporâneo, “[...] pela qual eles são concebidos como unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, na qual os valores de igualdade e liberdade se conjuram e se completam”. A autora sustenta que dignidade da pessoa humana é





intrínseca à condição humana, de modo que essa concepção viria a ser anexada por todos os tratados e declarações de direitos humanos.

O Projeto, cuja dilatação visa principalmente a comunidade iporaense, deve colaborar com a emancipação social pela propiciação de educação jurídica e dos conhecimentos básicos para o exercício da cidadania. Fortalecendo a transmissão de educação e informação, contribuindo para que os sujeitos tenham maior acesso aos seus direitos políticos e civis. Dessa forma, a utilização das redes sociais para socializar do saber é uma ferramenta valiosa pela circunstância de afastamento social, comprovando a Ciência Jurídica como popular e essencial.

Agradecimentos

Dedico agradecimentos especiais à minha orientadora prof. Ma. Kennia Dias Lino e à UEG - UnU de Iporá por me proporcionarem a participação no Projeto de Extensão “o exercício da cidadania no dia a dia: onde procurar seus direitos na cidade de Iporá-GO”, no qual sou grata em participar, aprender e contribuir. Agradeço ainda ao coordenador do nosso curso de Direito da Universidade, por estar sempre ajudando a propiciar um ambiente de desenvolvimento intelectual e social voltado para as ações de ensino, pesquisa e extensão.

Referências

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social.** Barueri, SP: Manole, 2004.

CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; DA SILVEIRA, Vladmir Oliveira. Cidadania e direitos humanos. **Rev. Interdisciplinar do Direito**, [S.l.], v. 8, n. 01, p. 87-104, dez. 2011. ISSN 2447-4290. Disponível em: <<http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/320>>. Acesso em: 29 out. 2021.

CORRÊA, Darcisio. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas.** 3ª ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

PIOVESAN, Flávia. **Direito Humanos e o direito constitucional internacional.** 14º ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

VAIDERGORN, José. Cidadania e direitos humanos na formação universitária. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, nº 81, p. 253-256, mai./ago., 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ykKJvVt94S5xk3QJqbrC6Rw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 out. 2021.

